

**A FORMA URBANA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA:
O SIGNIFICADO DO PORTO IGARAPÉ DAS MULHERES EM MACAPÁ, AMAPÁ**

**THE RIVERSIDE URBAN FORM IN THE AMAZON:
THE SIGNIFICANCE OF THE IGARAPÉ PORT OF WOMEN IN MACAPÁ, AMAPÁ**

**LA FORMA URBANA RIBEREÑA EN LA AMAZONIA:
EL SIGNIFICADO DEL PUERTO DE IGARAPÉ DAS MULHERES EN MACAPÁ,
AMAPÁ**

Antônio Carlos Lobato Nery (UNIFAP) ¹

David Junior de Souza Silva (UNIFAP)²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender o significado do Porto do Igarapé das Mulheres, em Macapá-AP, como forma urbana específica construída pelas comunidades ribeirinhas do Amapá e do Marajó que construíram, constroem continuamente e utilizam o porto diariamente. A metodologia de investigação consistiu de registro fotográfico e análise imagética dos dados representados na fotografia. Conclui-se pela argumentação em torno da existência de uma forma urbana ribeirinha, um espaço urbano específico e original, construído pelos povos ribeirinhos mediante suas interações com a cidade. As comunidades ribeirinhas constroem os portos como elo entre territórios comunitários e território urbano, implicando-o de suas características de modo de vida, culturais e identitárias. Estes portos passam a ser parte ou extensão dos territórios ribeirinhos no espaço urbano. O Porto Igarapé das Mulheres da cidade de Macapá, como um exemplar típico de portos ribeirinhos existentes em toda a Amazônia, não é apenas um lugar de trânsito dos ribeirinhos ou apenas um lugar de ligação da comunidade com a cidade. O porto ribeirinho é um espaço urbano produzido pelas comunidades ribeirinhas. Outrossim, é parte do território da comunidade na cidade. Trata-se simultaneamente de extensão do território comunitário e forma urbana específica.

Palavras-chaves: Comunidades Ribeirinhas; Comunidades Tradicionais; Sociologia Urbana.

Abstract: The aim of this research is to understand the significance of the Igarapé das Mulheres Port, in Macapá-AP, as a specific urban form built by the riverside communities of Amapá and Marajó who built, continually build and use the port on a daily basis. The research methodology consisted of photographic recording and image analysis of the data

¹ Mestrando em História no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Licenciado em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais. <https://orcid.org/0000-0003-4055-3884> <http://lattes.cnpq.br/8784677050132992> E-mail: antoniocarloss1998@gmail.com.

² Professor do Mestrado Profissional em Estudos Sobre Cultura e Política Universidade Federal do Amapá (PPCULT/UNIFAP) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). Tutor do PET Ciências Sociais/UNIFAP. <http://orcid.org/0000-0003-2336-4870> <http://lattes.cnpq.br/4265076306351873> E-mail: davi_rosendo@live.com.



represented in the photograph. The conclusion is that there is a riverine urban form, a specific and original urban space, built by riverine peoples through their interactions with the city. The riverside communities build the ports as a link between community territories and urban territories, implying their way of life, cultural and identity characteristics. These ports become part of or an extension of the riverside territories in the urban space. The Igarapé das Mulheres port in the city of Macapá, as a typical example of riverside ports throughout the Amazon, is not just a place for riverside dwellers to transit or just a place where the community connects with the city. The riverside port is an urban space produced by the riverside communities. It is also part of the community's territory in the city. It is both an extension of the community's territory and a specific urban form.

Keywords: River communities; Traditional communities; Urban sociology.

Resumen: El objetivo de esta investigación es comprender el significado del Puerto de Igarapé das Mulheres, en Macapá-AP, como una forma urbana específica construida por las comunidades ribereñas de Amapá y Marajó que construyeron, construyen y utilizan el puerto diariamente. La metodología de investigación consistió en el registro fotográfico y análisis de imagen de los datos representados en la fotografía. La conclusión es que existe una forma urbana ribereña, un espacio urbano específico y original, construido por los ribereños a través de sus interacciones con la ciudad. Las comunidades ribereñas construyen puertos como vínculo entre los territorios comunitarios y los territorios urbanos, lo que implica su modo de vida, su cultura y su identidad. Estos puertos se convierten en parte o extensión de los territorios ribereños en el espacio urbano. Puerto Igarapé das Mulheres, en la ciudad de Macapá, como ejemplo típico de los puertos ribereños de toda la Amazonia, no es sólo un lugar de tránsito de los ribereños o sólo un lugar de conexión de la comunidad con la ciudad. El puerto ribereño es un espacio urbano producido por las comunidades ribereñas. También forma parte del territorio de la comunidad en la ciudad. Es tanto una extensión del territorio de la comunidad como una forma urbana específica.

Palabras clave: Comunidades ribereñas; Comunidades tradicionales; Sociología urbana.

INTRODUÇÃO

Os portos marítimos e fluviais têm importância econômica e social para a região em que se localizam e também para o Estado, sendo local onde ocorrem movimentações de mercadorias e de trânsito de pessoas que chegam e partem para suas cidades, importantes portanto para integração. Quando pensamos em portos temos a visão daqueles considerados de grande estrutura, de grande movimentação de mercadoria e de logística. Mas há outro gênero de porto na Amazônia, do qual iremos tratar aqui, que poderia se considerar mais artesanal ou construído popularmente sem meios ou fins industriais, utilizado para movimentação de moradores de localidades menores, e para a compra de mercadorias para



abastecimento de comunidades ou venda de mercadorias produzidas pelas próprias comunidades.

Nesse âmbito, esta pesquisa direciona-se a uma área da cidade de Macapá que foi estabelecida cultural e historicamente por comunidades ribeirinhas - consideradas aqui de uma maneira que especifica: como produtoras de espaço urbano. A região do porto do Igarapé das Mulheres é diferente de um porto industrial ou militar; é um porto que se pode dizer artesanal, criado, estruturado e mantido pela própria população que o ocupa e vive. Por essa característica, o porto do Igarapé das Mulheres, assim como outros portos artesanais ou popularmente construídos da realidade amazônica, constitui-se uma forma urbana específica construída a partir dos sentidos e usos que os ribeirinhos conferem àquele espaço da cidade de Macapá.

Há uma dimensão pouco visibilizada da ação social das comunidades ribeirinhas de diferentes regiões da Amazônia que é o fato de que historicamente produzem espaços urbanos, criam territórios em cidades da região, com seus modos de vida, significados e tradições. Cidades como Macapá, com mais de duzentos anos de fundação, mantêm fortemente seus vínculos regionais com áreas rurais, incluindo florestas, rios e ilhas, territórios de comunidades tradicionais, do ponto de vista econômico, cultural e político (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 43). A independência do urbano em relação ao rural não existe em parte alguma; mas o que queremos enfatizar neste artigo é que o urbano na Amazônia é constituído por comunidades tradicionais e suas territorialidades.

O objetivo desta pesquisa é analisar quais os modos de construção do Porto Igarapé das Mulheres na cidade de Macapá pelas comunidades ribeirinhas da região, buscando compreendê-lo como forma urbana específica e dotada de singularidades.

A metodologia utilizada é de base etnográfica e fotoetnográfica. A base etnográfica é pensada em uma forma clássica, a qual segue três etapas fundamentais para sua realização: o olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 1996). A construção dos dados perpassou observar cotidianamente a realidade social do porto, o movimentar das embarcações, as relações que se estabelecem, como



também em ouvir as pessoas que vivem, trabalham e transitam no porto, e por último textualizar essa realidade a partir das vivências no campo. Assim a pesquisa se deu com a inserção dos pesquisadores na área do porto, vivenciando o espaço do porto do Igarapé das Mulheres, na busca de elementos construtivos e realizar uma observação sistemática para a elaboração da pesquisa (Angrosino, 2009).

A dimensão visual da construção dos dados utiliza o recurso da fotografia, mais precisamente a fotoetnografia (Achutti, 2004) que traz a possibilidade de se pensar o uso da linguagem visual no campo da produção de conhecimento antropológico. Assim a fotografia permite fazer o registro da dinâmica do porto, do vai e vem das embarcações e dos transeuntes. A metodologia foi portanto olhar, ouvir, escrever e fotografar.

O uso epistemológico da fotografia é estruturado em Martins, que concebe as fotografias “[...] como reveladoras dos encontros entre observados e observadores e dos processos de construção negociada, continuada e circunstancial do conhecimento e das representações produzidas durante e após o trabalho de campo” (Martins, 2013, p. 395). É por meio da fotografia, portanto, que buscamos trazer essa representação do espaço e das relações sociais do porto na sua construção e usos pelas comunidades ribeirinhas em seu trânsito e territorialização na cidade.

O texto está estruturado em três partes: a primeira sessão trata do processo de construção do porto e do quanto é significativa sua história para a cidade de Macapá, da chegada do ribeirinho e do quanto esse espaço da cidade se torna um elemento importante de ligação destas comunidades com o meio urbano, e por fim estuda-se o que se denomina de a “beira” do cais como um elemento presente no imaginário urbano da cidade e importante na constituição do porto.

A segunda sessão centra-se na teoria de forma urbana negra a partir do pensamento de Henrique Cunha Junior (2019) e na possibilidade de sua transposição para a categoria que estamos denominando de forma urbana ribeirinha; em seguida, desenvolvemos uma consideração metodológica com base em Achutti (2004) sobre o uso da fotografia na construção do saber antropológico e explicamos sua aplicação na presente pesquisa.



A terceira seção analisa o modo de vida ribeirinho e de como o rio é um de seus elementos identitários principais, aplica o conceito de ribeirurbano ao espaço do porto do Igarapé das Mulheres e debate a dualidade da paisagem do Igarapé das Mulheres.

IGARAPÉ DAS MULHERES COMO PARTE DA HISTÓRIA DA CIDADE DE MACAPÁ

A construção dessa região do porto começa de forma desordenada, foi ocupada a partir do Bairro do Laguinho em direção ao Rio Amazonas numa área baixa e alagada, no hoje Bairro do Perpétuo Socorro, já foi chamada de Igarapé das Mulheres, nome dado às mulheres lavadeiras que se utilizavam desse espaço da cidade. “Este assentamento caracterizava-se por casas e pontes de madeira sobre palafitas, pois estava sobre uma várzea. A população era de origem ribeirinha com comportamentos e modo de vida simples [sic] que traziam das ilhas do Pará (AMAPÁ, 2014)” (Costa, 2015, p. 45).



Imagem 1. Imagem de satélite da região da Orla de Macapá-AP. A área destacada compreende a região do Igarapé das Mulheres. Fonte: Google Maps, 2023

Assim a própria denominação de “Igarapé das Mulheres” advém da história daquele local, das mulheres que “[...] lavavam suas roupas e as de seus patrões”. Lugar onde elas criavam espaço de sociabilidade, de troca de conversa, dos ditos fuxicos, lamentos e risos. Rio no qual as crianças brincavam, tomavam banho, enquanto suas mães ou irmãs lavavam roupas” (Luna, 2020, p.114). História que



ganha versos de música do cantor Osmar Junior, denominada de “Igarapé das Mulheres”, de 1992:

Eu lembro a alegria/Boiar naquelas águas/E ver as lavadeiras lavando a dor/E lavavam a minha esperança perdida/De crescer lá no igarapé [...] entre as palafitas/E as lavadeiras/E lavavam a minha paixão corrompida/As mulheres do igarapé/As Joanas, Marias, Creusas, Margaridas/Lavarão o que ainda vier (Junior, 1992).

A partir de 1982 ocorre uma expansão urbana em algumas áreas da cidade de Macapá, a exemplo na época do centro da cidade que sofre essa intensificação de ocupação o que levou ao aterramento de algumas áreas alagadas, como da região do Igarapé das Mulheres, é justamente após esse aterramento e essa expansão dessa região que ela passa a ser denominada de Bairro Perpétuo Socorro (Costa, 2015).

O bairro, após os primeiros anos de sua ocupação, passa a compor-se por uma doca onde atracam pequenas embarcações que transportam produtos rurais e pescados de diversas comunidades ribeirinhas de diferentes localidades localizadas no Estado do Amapá e Pará. Mesmo com o aterramento, foi preservado um curso d’água afluente do Rio Amazonas, criando-se ali um canal que corta o bairro desde a doca até o centro do Bairro do Perpétuo Socorro (Costa, 2015, p. 47).

A população ribeirinha chega nesse espaço urbano da cidade, de diferentes comunidades e de diferentes regiões, chamadas de “interior” pelas águas do Rio Amazonas que adentra no igarapé. Como mostra a Imagem 2 onde mostra uma embarcação típica da região amazônica adentrando no porto do Igarapé das Mulheres.



Imagem 2. Embarcação chegando no porto, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

A Imagem 3 dentre das diversas cenas registradas no campo, representa uma imagem cotidiana daquele espaço, o movimentar de saída da embarcação onde ao meio da imagem mostra uma criança puxando a embarcação para o meio do canal do igarapé para facilitar a saída da mesma.



Imagem 3. Cotidiano de partida do porto, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

Tive a oportunidade de fazer o registro dessa circunstância que o ribeirinho vivencia contidamente no igarapé, como mostra a Imagem 4 em que na cena temos algumas pessoas no leito do igarapé empurrando uma embarcação, na seca da maré, até o meio do canal para que tenha condições da embarcação seguir viagem. O assoreamento do canal do Igarapé das Mulheres é um grande problema, fator esse muito ouvido dos ribeirinhos nas visitas de campo.



Imagem 4. A dificuldade de sair do igarapé, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.



Pode parecer paradoxal esta observação de que é a partir de um espaço urbano que um rio se torna uma referência fundamental na construção das identidades na Amazônia, como do ribeirão que possui uma identidade sociocultural e política própria. Destacamos o papel que o rio tem a partir de Cruz (2008, p. 59), para quem o rio é um *espaço físico-natural*, como esse meio de transporte, fonte de recursos naturais, “responsável” pelo ritmo social e a organização espacial. O rio como *espaço social* da mediação das tramas e dos dramas sociais da vida ribeirinha. O rio como *espaço simbólico* onde é matriz do imaginário, das crenças, lendas, cosmologias e mitos.

Assim o ribeirão organiza seu modo de vida de acordo com o movimentar das cheias e vazantes dos rios, lagos, paranás, igapós, furos e igarapés (Nascimento Silva, 2000), seja na sua comunidade quanto na cidade. Por essas questões que nesse processo de cheia e vazante do rio no canal que possibilita ocorrer esse fluxo de pessoas, mercadorias e outros no espaço do porto.

Isso decorre da questão observada no campo de que é no horário da manhã que ocorre o maior fluxo dos ribeirinhos no espaço do porto, momentos em que os próprios denominam que “saltam para a terra”, seja para fazer compras ou resolver outras questões. Como existem muitos comércios e lojas no entorno do porto, como mostra a Imagem 5, acaba existindo esse fluxo de carregamento entre o comércio e a embarcação.



Imagem 5. Área comercial da região do porto do Igarapé das Mulheres, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

A existência de um mercado de pescado e de uma feira próxima da região do



espaço, que é abastecido por produtos trazidos pelo ribeirão, contribui para essa dinâmica do porto. O porto ribeirão é também uma feira. Testemunham a dinamicidade da paisagem da cidade.

A feira e o porto registram na paisagem a dinâmica da cidade, seja pela hora de chegada e de partida dos barcos, seja pela lógica e forma de seu abastecimento, com produtos e fluxos notadamente locais e regionais que chegam por esses espaços. Eles dizem, de forma muito sutil, a hora que a cidade acorda, a hora que a cidade tem maior fluxo, a hora que chegam e partem os barcos, a hora que a cidade faz a sesta e a hora que a cidade vai dormir. Como relógio cotidiano, eles relevam o ritmo e o tempo da própria cidade e da própria natureza (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 40).



Imagem 6. Mercado de Pescado do Igarapé das Mulheres, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

Por ter esse mercado de pescado e essa feira, o ribeirão usa do porto como local para vender seus produtos como o: açaí, melancia, banana, pescado e outros, vendendo esses produtos na feira e no mercado do pescado. A Imagem 6 mostra um pouco do mercado de pescado e da feira formada na sua frente, que sempre ocorre no horário da manhã.

Há um elemento urbano a ser destacado que os sujeitos denominam de a “beira” ou a “beira do cais”, que é nome dado à via que se estende em quase toda orla da cidade de Macapá, chamada de “rua beira-rio”. Isso parte da noção do elemento constituinte entre o rio e cidade, uma franja de contato (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008). Isso não quer dizer que o rio não seja parte constituinte da cidade, mas que existe um limite entre essas duas dimensões, que seria denominada de “beira”, onde torna esse “[...] ponto de contato importante entre o rio e a pequena



concentração urbana propriamente dita” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 36).

Com isso a “beira” torna-se um elemento constituinte do espaço urbano e do cotidiano, e de chega do ribeirão na cidade. A exemplo na época do Território Federal do Amapá (1943-1988) em que ribeirinhos “[...] migravam das localidades interioranas do TFA ou das cidades paraenses vizinhas a Macapá” (Luna, 2020, p.120). Em sua maioria vinham em busca de melhores condições de vida na cidade que na época vinha sofrendo intervenção urbana pelo governo Janary Nunes (1943-1955). E é justamente a partir da “beira” que “[...] dispõe-se, de forma aparentemente caótica, um conjunto de objetos espaciais/geográficos, como armazéns, comércios, portos, feiras, trapiches e barcos; estes últimos, de tipos, cores e tamanho variado” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 36).

No Porto do Igarapé das Mulheres temos essa franja, é a partir da beira do cais que se tem o porto, o colorido das diferentes embarcações, os comércios, as lojas, a feira, o mercado do pescado e todos os outros elementos que compõem essa paisagem urbana. A beira do cais do Igarapé das Mulheres é parte da história da cidade, pois como já foi mencionado, foi um dos locais de chegada daqueles que migravam para a cidade de diferentes lugares e de partida, por isso a construção daquele porto e da cidade perpassa por diferentes sujeitos, amazônidas ou não.



Imagem 7. O Rio Amazonas, o cais e a rua Beira-rio, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

A cidade torna-se um elemento importante na vida ribeirinha, e essa ligação do ribeirão com a cidade se dá a partir do porto, assim o mesmo torna-se um elo fundamental entre o rio e o interior da cidade. Por isso o porto, num espaço urbano da cidade, carrega traços da vida ribeirinha, permitindo construir a ideia de uma



“forma urbana ribeirinha” a partir do pensamento de Henrique Cunha Junior (2019), que conceitua a *forma urbana negra*.

O CONCEITO DE FORMA URBANA NEGRA

Nos seus discursos, Henrique Cunha Junior busca romper com a forma tradicional sobre como é tratada a teoria urbana brasileira que não possibilita refletir sobre as populações negras nas cidades. Surge então a necessidade de romper com essa abordagem tradicional no campo do urbanismo e das ciências humanas no geral, pra isso o autor se utiliza dos termos *Bairros negros* e *Forma urbana negra* que vão ser propostas que vão visar atingir o objetivo de renovação científica, para que assim a especificidade da população negra seja reconhecida, compreendida e incorporada às políticas públicas e à educação (Cunha Junior, 2019).

Importante análise do autor dentro dessa questão de ruptura epistemológica, pois o controle do conhecimento acaba sendo uma peça fundamental para o controle urbano e para a repartição urbana entre os grupos sociais. Em que o controle hegemônico europeu mundial teve seu feito histórico nos séculos 19 e 20 e dentre outros fatores de dominação, tivemos a dominação do controle do conhecimento por parte da Europa que se colocou como fonte universal do conhecimento favorecendo alguns grupos sociais no processo de detenção desse conhecimento.

As normas urbanas legalizam o espaço urbano para os grupos detentores dos conhecimentos jurídicos, construtivos, sanitários e políticos. Parte importante do que recebe o nome de conhecimento científico e por causa desse título de científico é considerado neutro, universal, correto, mesmo não sendo, controla o conhecimento que organiza os espaços urbanos; ideias são aceitas como legítimas para os códigos urbanos, por serem ideias pertencentes aos grupos sociais dominantes, brancos e eurocêntricos (Cunha Junior, 2021, p.76).

É dentro dessa conjuntura que o Cunha Junior propõe essa ruptura conceitual e epistemológica dentro do contexto que trata a teoria urbana brasileira que tradicionalmente não reflete as especificidades das populações negras na cidade brasileira, de uma forma geral, há uma negligência por parte das ciências humanas dentro desse campo em estudar as populações negras urbanas, em que o tema de bairro negro fica de fora do rol das ideias urbanas. Como pontua Cunha Junior



(2020, p. 25) “Nas diversas formas de pensar a urbanização brasileira é necessário pensar a existência de populações e das contradições sociais enfrentadas por esta população para uma compreensão como criticismo das nossas formações urbanas”.

Dentro dessa conjuntura que se reflete pensar uma forma urbana ribeirinha que seria uma categoria de análise, assim como da forma urbana negra que abre possibilidade de inserir esse conceito pensando essas populações, pois assim como em todo o Brasil, a diversidade cultural e racial na Amazônia é resultado de um processo histórico que se inicia no período colonial. Temos assim que a cultura e a arte ribeirinha são fruto dessa miscigenação de povos; portugueses, religiosos, negros africanos e principalmente, indígenas (Carmo; Santos; Costa, 2020) onde se coloca o ribeirinho como um ser negro na Amazônia.

Como já mencionado, inserir o ribeirinho como ser negro, está justamente ligado com seu processo de formação. O trabalho de Pacheco-Sarraf (2010) no seu artigo intitulado *As Africas nos Marajós: visões, fugas e redes de contato* expõe sobre o negro africano no Arquipélago Marajoara e que dá uma compreensão geral do negro africano na Amazônia. O autor buscou a partir de fontes de investigação, trazer evidências da presença de negros africanos nas regiões das florestas marajoaras, como expõe esse trecho:

Não há mais duvida de que esta parte da região também se constituiu em focos de mestiçagem e recorrentes contatos culturais. As vilas de população de cor no interior de Melgaço, Portel, Breves, Bagre, Anajás, Afuá, as comunidades reconhecidamente quilombolas de Gurupá ou famílias negras, habitantes de espaço urbanos e rurais nestes municípios de florestas, são fortes indicativos para se rever formulações unívocas e singulares de Marajó (Pacheco, 2010, p. 43).

Isso se amplia refletir e pensar também as populações amazônidas a partir do conceito de forma urbana negra. Essa categoria de análise proposta, de uma forma urbana ribeirinha é na conjuntura de uma forma urbana negra, que “[...] é um conceito para análise das relações sociais das populações negras no meio urbano[...]” (Cunha Junior, 2019, p. 72). Assim sendo, essa categoria visaria analisar as relações sociais das populações ribeirinhas no meio urbano, além de visibilizar as especificidades dessas populações nesses espaços urbanos da cidade no campo do urbanismo e das ciências humanas no geral.

Essa problemática de não levar em conta as especificidades das populações



negras e aqui também pensada da população ribeirinha, advém do modelo de padrão de urbanização instalado no Brasil que segue conceitos europeus para se pensar a cidade. Em meio a isso Cunha Junior expõe que se instalou o conceito de padrão periférico e a ideia da cidade como espaço dual, de um lado uma cidade formal e de outro uma cidade informal. Estaria assim criada a condição de colocar os bairros e lugares em que a população negra – e ribeirinha - mora como sendo:

Os bairros e lugares onde se concentram as populações negras recebem as designações tais como: clandestinas, cidades irregulares, cidades informais e cidades periféricas. Lugares que ficam à margem do pensamento e da prática de urbanização, portanto fora do desenho urbano e sem investimentos proporcionais à densidade de população (Cunha Junior, 2019, p. 71).

Assim refletimos o bairro do Perpetuo Socorro, bairro esse em que se localiza o porto do Igarapé das Mulheres e que tem uma grande concentração de famílias ribeirinhas vindas do interior das ilhas do Pará e Amapá, assim como outros bairros da cidade de Macapá. O bairro acaba sendo colocado no rol de um bairro periférico pois concentra essa população ribeirinha e também negra, assim ficam a margem do pensamento e da prática de urbanização.

Isso é presenciado no espaço do porto do igarapé das mulheres, sendo visível no espaço que o mesmo não recebe atenção do Estado. Em uma das entrevistas realizadas o personagem menciona essa precariedade do porto, o entrevistado José Maria que é pesceiro na região do distrito do Bailique, traz isso na sua fala:

“[...]o nosso poder público não está se virando nessa parte de Igarapé aqui para entrar barco maior né, aí quer dizer que é difícil aí não tem como o público vim de fora para saltar aqui no município [...]”

Essa fala fica com mais em evidência a partir dos registros feitos no campo acerca dessa problemática. Na Imagem 8 observamos uma vegetação dentro do igarapé que dificulta o atracamento e entrada de mais embarcações, principalmente na frente do Mercado de Pescado, pois dificilmente encontramos embarcações próximos ao mercado, já que essa vegetação formada dificulta a passagem das embarcações. Na Imagem 9 observa-se também esse descaso, agora também ambiental com o Igarapé e o Rio Amazonas.





Imagem 8. O descaso com o igarapé, 2023. Fonte: reprodução do autor.



Imagem 9. O descaso ambiental, 2023. Fonte: reprodução do autor.

Esse descaso ambiental é parte do descarte incorreto de lixo que advém do lixo do comércio, dos resíduos de vendas na feira, etc. que é produzido e descartado de forma incorreta pelos próprios sujeitos que ali utilizam do porto e proximidades.

A fotografia na construção da pesquisa

A fotografia assume um papel de grande relevância dentro do campo da antropologia, deixa de ter um papel secundário como de suporte na pesquisa etnográfica, de ser como um simples instrumento de coleta para apresentar-se como uma forma de descrição e interpretação dos dados obtidos no trabalho de campo. Mesmo em meios a diversas críticas sobre seu uso, é notável a potencialidade que as imagens podem trazer para a construção de um saber antropológico.

Mesmo em meio a diversas resistências e críticas daqueles que acreditam



apenas na palavra escrita, a fotografia encontra o seu lugar dentro da antropologia. Partindo do branco para se construir algo que tenha significado, que seja entendido e assimilado, preenchendo assim um espaço que até então era branco (Achutti, 2004).

A fotografia começa a encontrar o seu lugar como um meio de interpretação, preenchendo um espaço em branco na área das ciências humanas e, mais especialmente, no âmbito da antropologia. É chegada hora da conquista e da legitimação de um espaço para que a fotografia possa ser aceita como mais um meio de produção de ideias, produção de sentido, para contar o cotidiano do Homem e a vida no mundo contemporâneo (Achutti, 2004, p. 72).

Em meio ao campo da antropologia visual, a linguagem visual não pretende ser uma alternativa ao texto escrito e nem mesmo gerar um embate entre elas, já que a fotografia tem características próprias que deveriam ser levadas em conta, mas pretende “salientar o fato de que, mesmo que o texto seja fundamental, sua associação a outras formas de linguagem não pode senão enriquecer os enunciados antropológicos” (Achutti, 2004, p. 94).

Observamos assim a potencialidade que a fotografia tem dentro de um trabalho de pesquisa, pois se torna um texto em que habilita produzir leituras de determinada realidade, cultura, grupo social. Por isso a necessidade de trabalhar com o potencial narrativo das imagens fotográficas utilizadas sob a forma de “narrações visuais”, uma outra forma de narrar nosso olhar sobre o Outro (Achutti, 2004).

E dentro dessa temática, exploro o trabalho de Luiz Eduardo Robinson Achutti, o autor se dedica no estudo do que ele denomina de *Fotoetnografia*, em sua dissertação de doutorado *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim (2004)* o autor deixa claro o potencial narrativo que a fotografia tem dentro do campo da antropologia.

É preciso, portanto, trabalhar o potencial narrativo da imagem fotográfica, afirmar sua utilidade na composição de textos visuais como recurso de uma nova forma de escritura específica de que o antropólogo dispõe para falar da realidade. Trata-se de uma nova forma narrativa concebida na perspectiva de uma antropologia interpretativa tendo como uma de suas características a de se oferecer como escrita, “construção das construções dos outros”, aos esforços interpretativos do leitor/espectador (Achutti, 2004, p. 72)

Por assim, essa pesquisa não se dedica fielmente trabalhar com que Achutti



propõe de uma fotoetnografia, uma narrativa visual, mas segue parte do que ele explora, com o objetivo de propor textos antropológicos utilizando a linguagem visual de tal forma que possibilite transcrever os dados obtidos na pesquisa de campo. Assim procurei na construção dessa pesquisa, dar a mesma importância à linguagem escrita e a linguagem visual, fotográfica, que assim me permitiu uma maior observação e análise do que vinha propondo.

FORMA URBANA RIBEIRINHA

A Amazônia é habitada por uma diversidade de grupos étnicos e comunidades tradicionais. Os povos ribeirinhos são referência de comunidade tradicional que fazem parte da Amazônia e que são dotados de uma identidade sociocultural específica. Referência essa que se dá “[...] a partir da relação com a natureza, da forma de comunicação, do uso das representações dos lugares, do tempo, da integração com a água e dos conhecimentos dos sistemas classificatórios de fauna e flora, que formam um extenso patrimônio cultural” (Chaves, 2001, p. 43).

Percebemos que a temporalidade da vida ribeirinha se difere da vida em cidade; uns os representando como “lentos”, já que não vivem essa correria da cidade e da vida capitalista. Como pontua Menezes (2016, p. 12) o ribeirinho tem “[...] uma relação íntima e diferenciada com o rio, eles fazem parte de suas construções simbólicas e também oferece elementos da vida material [...]”; é a partir do movimentar das cheias e vazantes das águas de rios, lagos, furos, igarapés que o ribeirinho organiza sua vida.

O morar a beira do rio não é a única condição associada ao viver ribeirinho:

[...] o viver “ribeirinho está condicionado não somente em morar à beira do rio, mas, sobretudo está apoiado também em vários elementos materiais e imateriais característicos do seu modo de vida. Seu olhar e percepção de mundo são diferenciados. [...] morar a beira do rio significa não somente uma relação com a natureza, mas um modo de ser que recusa as amarras do alto consumo de bens e serviços, isso não significa que eles recusam o uso dos objetos considerados ‘modernos’, mas a sua relação com eles é diferente (Menezes, 2016, p. 12).

Assim a dimensão de comunidade ribeirinha aqui perpassa essa relação íntima e diferenciada com o rio e a natureza, com um modo de vida particular,



construída a partir de suas relações com o ambiente amazônico.

Análise a partir do conceito de ribeirurbano

Montoia e Costa compreendem o ribeirurbano a partir da tríade lugar, habitante e modo de vida. Essa discussão se atrela às cidades amazônicas que possuem um aspecto paisagístico específico, com um modo urbano/rio/floresta, na produção dialética entre sociedade e natureza (Montoia; Costa, 2019).

Dentro dessa perspectiva o ribeirurbano não abrange todas as cidades amazônicas, pois a compreensão de ribeirurbano perpassa uma “[...] forma-conteúdo de um modo de viver que compreende a presença da floresta e do rio, mas que ainda assim é urbano” (Montoia; Costa, 2019, p. 196). São cidades que passaram por um processo de urbanização intensa em que a presença da floresta é mínima, mas que há a presença de espaços que carregam traços da vida ribeirinha. A Imagem 10 registra esse paralelo do aspecto urbano da cidade e também os aspectos da vida ribeirinha na cidade.



Imagem 10. O paralelo, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

Dentro dessa lógica os autores colocam um ponto presente no porto do Igarapé das Mulheres que seria a dinâmica noturna no espaço, onde há uma vida urbana tímida, com pouco movimento, diferente do movimentar intenso do dia.

A dinâmica desse espaço ribeirurbano ainda se denota no período noturno, quando sua pequenez é revelada pelo silêncio típico de uma vida urbana



tímida, na qual as conexões sociais e econômicas dependem do dia, com a chegada das embarcações e da dinâmica interna intensa nas manhãs (Montoia; Costa, 2019, p. 197).

Além disso, há uma dimensão colocada pelos autores de o ribeirurbano se basear “[...] em redes de solidariedade, na busca da complementação de renda, na renda não monetária, isto é, na troca de produtos e serviços entre os habitantes [...]” (Montoia; Costa, 2019, p. 197). Na pesquisa de campo, observa-se que há essa dinâmica de solidariedade entre os próprios ribeirinhos e entre esses e aqueles residentes próximos ao porto. Percebe-se que o ribeirinho tem um papel importante da movimentação da economia adjacente àquela região da cidade.

Há assim uma relação observada no porto, uma relação entre o ribeirinho e os comerciantes do porto, para quem o ribeirinho vende seus produtos. Em que essa relação pode ser apreendida como “[...] uma relação de poder, que por sua vez, gera uma dependência recíproca dos valores de uso, oportunizando as possibilidades de trocas, o que impõe ao camponês a sua ida ao agente da comercialização para vender seus produtos extraídos da natureza [...]” (Fraxe *et al.*, 2018, p. 9).

Assim essa dependência ocorre justamente no processo de comercialização e troca de produtos, pois um depende do outro, o ribeirinho depende do agente da comercialização para vender seus produtos e o urbanita necessita, mais especificamente, das mercadorias advindas da natureza que são produzidas pelos ribeirinhos.

Na Imagem 11 notamos na paisagem essa comercialização de produtos extraídos da natureza pelo ribeirinho, a exemplo na imagem com a venda da melancia, onde muitos ribeirinhos fazem o plantio da melancia no modelo de roça e vêm para a cidade comercializar.



Imagem 11. O comércio da melancia, 2022. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery..

Isso abre o debate de se pensar que o urbano na Amazônia possui singularidades que deveriam ser levadas em conta quando se trata de políticas públicas no campo da urbanização.

É necessário compreender as pequenas cidades amazônicas como espaços ribeirurbanos, dentro de um país com pluralidade, desde aspectos naturais aos socioespaciais. Geralmente, investimento estatal ou empresarial são acompanhados de um discurso de modernização como se a realidade ribeirinha fosse 'atrasada' no sentido ideológico da teoria da modernização (LEYS, 2004), pois está dentro de um discurso sudestino sobre o Brasil e 'ecológico' sobre a Amazônia, como se o modo de viver urbano não existisse ali, uma vez que não segue padrão metropolitano brasileiro. (Montoia; Costa, 2019, p. 200)

Em último ponto dessa discussão, os autores pontuam que é necessário pensar o ribeirurbano mais que um espaço urbanizado, pensar também como um modo de vida:

É um modo de vida, entre a paisagem rururbana e uma agitação social, que aos olhos externos é tímida, mas quando adentramos mais nesse local, percebemos as diferenças entre as comunidades ribeirinhas distantes no município e do que é o espaço urbano. O ribeirurbano é um modo de vida entre o aqui e o acolá: é o indivíduo em suas múltiplas identidades. (Montoia; Costa, 2019, p. 198-199)

Paisagem urbana do Igarapé das Mulheres

O termo paisagem “[...] sofre atualmente um abuso e um desgaste semântico, um processo de expansão conceitual para todas as direções, que torna difícil saber a que está se referindo quando se fala paisagem” (Mendes, 2016, p. 38).

Maderuelo percebe a necessidade de estamos nos desligando da ideia de natureza do conceito de paisagem para assim “[...]termos como paisagem natural não pareça redundante e que outras, como paisagem urbana ou industrial, não sejam considerados contraditórios” (Maderuelo, 2005, p. 17 *apud* Mendes, 2016, p. 39). Pois estamos imersos a vários tipos de ambientes e que chamamos de paisagem e que se diferenciam de acordo com sua morfologia e que demonstra que vivemos em o que se pode denominar de cultura paisagística.

Imerso a uma cultura paisagística, de diferentes paisagens: paisagem rural, paisagem natural, paisagem urbana, paisagem interior, paisagem industrial,



paisagem agrícola e outras diversas paisagens em que é necessário pensar de fato o que seria a paisagem. De acordo com Maderuelo (2005):

A paisagem não é [...] o que está aí, diante de nós, é um conceito inventado ou, melhor, uma construção cultural. A paisagem não é um mero lugar físico, e sim o conjunto de uma série de ideias, sensações e sentimentos que elaboramos a partir do lugar e seus elementos constituintes. A palavra paisagem [...] reclama também algo mais: reclama uma interpretação, a busca de um caráter e a presença de uma sensibilidade. [...] A ideia de paisagem não se encontra tanto no objeto que se contempla como na mirada de quem contempla. Não é o que está a sua frente e sim o que se vê (Maderuelo, 2005, p. 38 *apud* Mendes, 2016, p. 40).

Dessa forma, a paisagem do porto do igarapé das mulheres diz um pouco da especificidade de uma forma urbana ribeirinha. Como pontua Mendes (2016), a paisagem se torna essa percepção daquilo que nos cerca, o que vemos pensando aqui os diversos elementos que compõem a paisagem do Porto do Igarapé das Mulheres, a forma de ver desse nosso olhar e também de como significamos essa visão. A Imagem 12 revela essa paisagem cotidiana do porto e se diz muito sobre o porto, pois “ver os lugares ou ambientes como paisagem diz coisas profundas sobre nossa cultura” (Mendes, 2016, p.40).



Imagem 12. A paisagem cotidiana no Igarapé das Mulheres, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

Ver o porto do igarapé como diferentes paisagens ajuda na compreensão dessa forma urbana ribeirinha. Poderíamos pensar em uma paisagem urbana ribeirinha? Por estar localizado em um espaço urbano da cidade? Analisando a partir do conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen (1983) em que trata a paisagem

urbana como sendo “[...] a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano” (Adam, 2008, p. 63). Seguindo esse pensamento, o conceito de paisagem urbana de Cullen não abrangeria pensar o Igarapé das Mulheres como paisagem urbana.



Imagem 13. As embarcações e os edifícios, 2023. Fotografia de Antônio Carlos Lobato Nery.

Na Imagem 13 notamos um entrelaçamento de paisagens, pensando tanto uma paisagem urbana quanto rural. A paisagem do porto que se localiza em um meio urbano, difere em parte do pensamento de Gordon Cullen, mas não deixa de se considerar como paisagem urbana por carregar elementos que se encontra apenas em espaços urbanos de uma cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O porto do Igarapé das Mulheres, localizado na cidade de Macapá sendo considerado como um porto artesanal, guarda uma especificidade urbana, diferente de portos que tem um caráter industrial e de logística.

A construção epistemológica subjacente ao conceito de “*forma urbana negra*” de Henrique Cunha Junior (2019) parte da necessidade de romper com a forma tradicional em que é tratada a teoria urbana brasileira, que não possibilita a reflexão sobre a especificidade da produção do espaço urbano pelas populações negras nas cidades. O desenho da categoria de forma urbana ribeirinha vai no caminho do pensamento do autor, de tratar como uma categoria de análise das relações sociais



das comunidades ribeirinhas no meio urbano.

A primeira questão a ser mencionada é que o modo de vida das comunidades ribeirinhas, assim como outras na Amazônia, não pode ser atrelado apenas a um modo de vida tradicional exclusivamente; é necessário pensar que “suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras” (Fraxe; Witkoski; Miguez, 2009, p. 30). Isso é notado na região do porto, a população ribeirinha apresentando suas manifestações culturais e sociais no meio urbano.

A forma urbana ribeirinha colocada como essa categoria de análise das relações sociais das comunidades ribeirinhas ajuda dar visibilidade às especificidades das comunidades que ocupam e vivem esses espaços urbanos das cidades.

Conclui-se na pesquisa, ao contrário do que pensa o senso comum, que não há oposição, mas sim há uma continuidade entre o modo de vida *tradicional* do ribeirinho o modo de vida *moderno urbano* da cidade; um entrelaçamento em que os povos ribeirinhos não se afastam de seu modo de vida *tradicional* ao conviver com um ambiente urbano/moderno da cidade, pelo contrário, os dois mundos fazem parte do modo de vida e territorialidade ribeirinha.

O Porto Igarapé das Mulheres da cidade de Macapá, como um exemplar típico de portos ribeirinhos existentes em toda a Amazônia, não é apenas um lugar de trânsito dos ribeirinhos ou apenas um lugar de ligação da comunidade com a cidade. O porto ribeirinho é um espaço urbano produzido pelas comunidades ribeirinhas. Outrossim, é parte do território da comunidade na cidade. Trata-se simultaneamente de extensão do território comunitário e forma urbana específica.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004, p. 319.

ADAM, Roberto Sabatella. **Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen**. Da Vinci. Curitiba, n. 1, v. 5, p. 61-68, 2008

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca.



Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.

CAMPOS, Ricardo. **A cultura visual e o olhar antropológico**. Visualidades. Goiânia, v.10, nº1, pag. 17-37, jan-jun, 2012

CARMO, Eunápio Dutra do; SANTOS, Tamiris Sanches dos Santos; COSTA, Taynara Lopes. **Cultura e arte ribeirinhas marajoaras**: histórias, resistência e atualidade no território das águas e florestas. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 15, p. 467-483, 2020.

CASTRO, Osmar Junior Gonçalves de Castro. **Igarapé das Mulheres**. Macapá, 1992

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. 2001. 212 f. Tese (Doutorado em pós-graduação em política científica e tecnológica) – Universidade Federal de Campinas, São Paulo.

COSTA, Ana Cynthia Sampaio da. **Igarapé das Mulheres**: uma proposta de reabilitação urbana. 2015. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Fundação Universidade Federal do Amapá, Santana, 2015.

CRUZ, V. C. **O rio como espaço de referência identitária**: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., S.-C. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas da Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008, p. 49-69.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil**: disciplina da pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros Negros**: a forma urbana das populações negras no Brasil. Revista ABPN, v. 11, n. 1, p. 65-86, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Bairros negros**: ruptura epistêmica do pan-africanismo. Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, volume suplementar, n. 2, p. 71-88, 2021.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. **O ser da Amazônia**: identidade e invisibilidade. *Cienc. Cult.*, v. 61, n.3, p. 30-32, 2009.

FRAXE, Therezinha; LANDAU, Laura; NOGUEIRA, Laelia; NORTE, Antônio. **O Camponês Amazônico**: vida de trabalho. In: V Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, n.º 10, 2018, Manaus. Anais... Manaus, UFAM, 2018. Pag. 1-11.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. Ed. São Paulo: contexto, 2012.

JUNIOR, Osmar. Igarapé das Mulheres. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=YsTMwIFWJaM.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades Ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. Interações. Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.



LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga história de vidas: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá [1943-1970]**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2020, p.255

MARTINS, Humberto. **Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo**. Etnográfica, v.17(2), pag. 395-419, junho, 2013.

MENDES, Hernani Guimarães. **Acerca da paisagem**. Revista Valise. Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 37-46, julho de 2016.

MENEZES, Elisangela Ferreira. **“Sou da beira do Madeira”**: interfaces entre juventude e gênero na área ribeirinha de Porto Velho-RO. In: X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental: trânsitos pós-coloniais e decolonialidade de saberes e sentidos, n.º 10, 2016, Rio Branco/Acre.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2009.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da Costa. **O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia**. Novos Cadernos NAEA. v. 22, n. 2, p.183-204, maio-agosto 2019.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. 1ª. ed. São Paulo: terceira margem, 2000. v. 01. 111p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia. São Paulo, v.39, nº1, pag. 13-37, 1996

PACHECO, Agenor Sarraf. **As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos**. In: SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristi ne (Orgs). **Muito Além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara**. GKNORONHA. Belém, 2010.

SILVA, Thaiane Barbosa. **A produção imagética como recurso do trabalho de campo: o cotidiano a ser retratado através da narrativa fotográfica**. Revista Visagem, v. 03, n. 01, p. 43-56, 2017.

TRINDADE JR., S-C. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. **Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas da Amazônia**. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA. 2008. p. 27-48.

